

do Representante do Secretário-Geral (RSG) para populações deslocadas dentro do seu próprio país. Este apoio abrange a divulgação pela ONU dos princípios norteadores do RSG sobre deslocamentos de populações dentro de seu próprio país. Estes princípios visam fornecer uma orientação adequada para a proteção e a assistência a populações deslocadas, e constituem uma importante contribuição às iniciativas internacionais feitas para lidar com a questão. Outras áreas fundamentais para o progresso e às quais o Canadá dedica-se ativamente são: o desenvolvimento de estratégias para prevenção, proteção e assistência; o apoio a missões de investigação; a promoção de uma coordenação eficiente em campo; e o avanço da pesquisa e da defesa dos direitos das populações deslocadas.

Operações em campo relacionadas com os direitos humanos

As violações sistemáticas e generalizadas dos direitos humanos frequentemente dão origem a conflitos violentos. Por outro lado, o respeito aos direitos humanos contribui enormemente para o desenvolvimento de um clima de confiança, necessário para a negociação e implementação de cessar-fogo e acordos de paz.

As operações em campo relacionadas com direitos humanos proporcionam à comunidade internacional um meio importante de prevenir e resolver conflitos através de um mecanismo para monitorizar o respeito aos direitos humanos, verificar a observância de acordos de paz, e ajudar a criar, em nível local, dispositivos para a proteção dos direitos humanos. As operações em campo relacionadas com direitos humanos contribuíram de maneira importante no Camboja, Timor Leste, El Salvador, Guatemala e Haiti. Ainda assim, são necessárias medidas adicionais. O Canadá concentrará os seus esforços na formação e utilização de especialistas em direitos humanos nas operações de apoio à paz. Também será importante expandir o uso das operações em campo relacionadas com direitos humanos no tocante a alertas rápidos e prevenção de conflitos; aperfeiçoamento da coordenação entre a monitorização dos direitos humanos e as atividades de manutenção da paz; e promoção de laços mais estreitos entre estas operações em campo, as agências de desenvolvimento e as sociedades locais.

África Ocidental: Proteção à criança

Em abril de 2000, por ocasião da Conferência sobre Crianças Afetadas pela Guerra realizada na África Ocidental, os países daquela sub-região reuniram-se para endossar a Declaração e o Plano de Ação de Acra. Um dos principais compromissos de Acra foi a criação de um ponto central institucional para a proteção de crianças dentro da organização regional da África Ocidental, CEDEAO (Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental). O Canadá prestará apoio para a criação desta unidade de proteção à criança, que fará a monitorização da situação dos direitos humanos de crianças em áreas sob conflito, e ajudará a readaptar e reintegrar estas crianças durante a fase de consolidação da paz após o término dos conflitos. Esta iniciativa também abrangerá as atividades de formação de recursos dentro da África Ocidental para a proteção das crianças em nível nacional e regional através da CEDEAO.

Minas terrestres

O uso generalizado de minas anti-pessoal afeta diretamente a segurança da população. Estas armas subsistem por dezenas de anos após o término dos conflitos, e não fazem distinção entre combatentes e não-combatentes. O seu uso deu origem a uma crise humanitária em inúmeros países, impedindo o retorno de refugiados e o uso de terras produtivas em alguns dos países mais pobres.

Em dezembro de 1997, a maioria dos países do mundo uniu-se ao Canadá na assinatura da Convenção sobre a Proibição do Uso, Armazenagem, Produção e Transferência de Minas Anti-pessoal e sobre a sua Destruição. No dia 1º de março de 1999, a Convenção de "Ottawa" entrou em vigor e, um ano mais tarde, 94 estados concordaram em aderir legalmente à convenção. Não obstante o progresso alcançado, é preciso dar continuidade ao trabalho. A Convenção deve ser implementada eficientemente a fim de garantir que as terras minadas sejam limpas, suas vítimas recebam assistência e tratamentos de readaptação, e o apoio à proibição de minas terrestres seja respeitado universalmente. Através do Fundo Canadense de Minas Terrestres e em parceria com outros países, o Canadá dá continuidade e apoio a atividades anti-minas terrestres na Bósnia, Camboja, Equador, Kosovo, Moçambique, Peru e América Central.

Intervenção humanitária

Não há dúvida que a ação preventiva e não-coerciva é a melhor abordagem para evitar conflitos violentos. Entretanto, quando ocorre uma crise humanitária ou quando existe a possibilidade de sua ocorrência, isto representa uma grande ameaça à segurança da população, e exige uma resposta internacional eficaz. Esta foi a lição aprendida com as tragédias ocorridas em Ruanda e em Srebrenica.

A vontade e a capacidade da comunidade internacional para fazer uso de todos os recursos à sua disposição para enfrentar ameaças flagrantes à segurança humana - desde pressões políticas a ações militares - constitui um elemento intrínseco, ainda que controverso, da agenda de segurança humana. A ação da OTAN em Kosovo suscitou um debate importante sobre os critérios e condições acerca das estruturas adequadas para que a intervenção militar alcance seus objetivos humanitários. O Canadá apóia a afirmação do secretário geral da ONU de que nenhum princípio jurídico, nem mesmo a soberania, serve como justificativa para crimes contra a humanidade. A fim de ajudar a comunidade internacional a compreender em que circunstâncias a intervenção humanitária é legitimada, o Canadá propõe a criação de uma comissão internacional independente sobre intervenção e soberania do estado.

Duas meninas vietnamitas atrás de uma cerca de arame farpado no campo de refugiados de Sikhui, ao nordeste de Bancoc. (1997)



*Arquivo de imagens da CP:
Kittinun Rodsupan*